

**Ventos de Santa Luiza Energias Renováveis S.A.**  
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2014 e 2013

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração de resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa- método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º  
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil  
Caixa Postal 13533  
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747  
Fax 55 (41) 3544-4750  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Ventos de Santa Luiza Energias Renováveis S.A. (Companhia em fase pré-operacional)  
Maracanaú - CE

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Luiza Energias Renováveis S.A. (“ Companhia” ), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Ventos de Santa Luiza Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção da licença de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, das licenças de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação e na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras.

Curitiba, 23 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6



Marcello Palamartchuk  
Contador CRC 1PR049038/O-9

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

	Notas	2014	2013		Notas	2014	2013
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.406	4.099	Capital social realizado	6	90.000	90.000
Impostos a recuperar		<u>2</u>	<u>-</u>	Prejuízo acumulado		<u>(87.592)</u>	<u>(85.901)</u>
		<u>2.408</u>	<u>4.099</u>			<u>2.408</u>	<u>4.099</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>2.408</b></u>	<u><b>4.099</b></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>2.408</b></u>	<u><b>4.099</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

## Demonstração de resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

	Notas	2014	2013
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais ou administrativas	7	<u>(1.203)</u>	<u>(85.506)</u>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<u>(1.203)</u>	<u>(85.506)</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	8	12	-
Despesas financeiras	8	<u>(500)</u>	<u>(395)</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><u>(1.691)</u></u>	<u><u>(85.901)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

## Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

	2014	2013
<b>Resultado do exercício</b>	(1.691)	(85.901)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u>(1.691)</u>	<u>(85.901)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízo acumulado	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>		<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>
Integralização de capital	6.a	89.000	-	89.000
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(85.901)</u>	<u>(85.901)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<u>90.000</u>	<u>(85.901)</u>	<u>4.099</u>
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(1.691)</u>	<u>(1.691)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<u><b>90.000</b></u>	<u><b>(87.592)</b></u>	<u><b>2.408</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(1.691)	(85.901)
<b>Varição nos ativos e passivos</b>		
Aumento em impostos a recuperar	<u>(2)</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<u>(1.693)</u>	<u>(85.901)</u>
<b>Caixa líquido originado nas atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	<u>-</u>	<u>89.000</u>
<b>Caixa líquido originado nas atividades de financiamento</b>	<u>-</u>	<u>89.000</u>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(1.693)</u>	<u>3.099</u>
<b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	4.099	1.000
No fim do exercício	<u>2.406</u>	<u>4.099</u>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(1.693)</u>	<u>3.099</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

### 1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 22 de Dezembro de 2011 e até a presente data não entrou em fase operacional. Para entrar em fase operacional a Companhia depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de Leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Tem por objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de Projetos Eólicos.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

### 2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2015.

#### a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

#### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### a. Instrumentos financeiros

##### (i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

##### (ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações fiscais e créditos com pessoas ligadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### b. Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do

componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### **Depreciações**

A depreciação será calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo.

Considerando que a empresa encontra-se em fase pré-operacional nenhuma depreciação foi contabilizada.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não serão depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### **c. Redução ao valor recuperável**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em “impairment”.

### **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se basicamente às tarifas bancárias. As receitas

financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis.

**d. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

**e. Novas normas ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

**4 Gerenciamento de riscos**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

**(i) Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira. A Companhia está sujeita ao risco de crédito de seus fornecedores até a entrega dos benefícios esperados.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

**Garantias**

A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

**Instrumentos financeiros e depósitos bancários**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

## 5 Caixas e equivalentes de caixa

	2014	2013
Banco conta movimento	1.190	4.248
Aplicação financeira	563	-
	<u>1.753</u>	<u>4.248</u>

## 6 Patrimônio líquido

O capital social autorizado é de R\$ 130.000 e está representado por 130.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 45.000 e está representado por 45.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

**a. Aumento de capital**

De acordo com AGE de 26 de dezembro de 2013 foi integralizado capital no montante de R\$ 25.000 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

**b. Dividendos**

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

**c. Reserva legal**

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**6 Despesas operacionais**

	2014	2013
Taxas e emolumentos	(203)	(426)
Serviços prestados pessoa jurídica	(1.956)	(1.000)
Serviços cênicos	-	(23.989)
Despesas gerais	-	(182)
	(2.159)	(25.597)

**7 Resultado financeiro**

	2014	2013
Receita financeira		
Rendimentos aplicações financeiras	4	-
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(339)	(345)
	(335)	(345)

**8 Imposto de renda e contribuição social**

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2013 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia.

**9 Provisões para demandas judiciais**

Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

**10 Cobertura dos seguros**

Não há registro de seguros.